

ATA DA 067ª SESSÃO ORDINÁRIA DA
1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 19ª LEGISLATURA
REALIZADA EM 06 DE AGOSTO DE 2019
PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JULIO GARCIA

Às 14h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Ada Faraco De Luca - Altair Silva - Ana Campagnolo - Bruno Souza - Coronel Mocellin - Dr. Vicente Caropreso - Fabiano da Luz - Fernando Krelling - Ismael dos Santos - Ivan Naatz - Jair Miotto - Jerry Comper - Jessé Lopes - João Amin - José Milton Scheffer - Julio Garcia - Laércio Schuster - Luciane Carminatti - Luiz Fernando Vampiro - Marcius Machado - Marcos Vieira - Marlene Fengler - Maurício Eskudlark - Mauro de Nadal - Milton Hobus - Moacir Sopelsa - Nazareno Martins - Neodi Saretta - Nilso Berlanda - Padre Pedro Baldissera - Ricardo Alba - Rodrigo Minotto - Romildo Titon - Sergio Motta - Valdir Cobalchini - Volnei Weber.

PRESIDÊNCIA - Deputados: Julio Garcia
Rodrigo Minotto
Padre Pedro Baldissera

DEPUTADO JULIO GARCIA (Presidente) - Abre os trabalhos da sessão ordinária. Solicita a leitura da ata da sessão anterior para aprovação e a distribuição do expediente aos senhores deputados.

Breves Comunicações

DEPUTADO MOACIR SOPELSA (Orador) - Primeiramente, enaltece sua terra natal, Concórdia, pela comemoração dos 85 anos de emancipação política e, também, do aniversário de 75 anos da BRF, antiga Sadia. Relata que quando o referido município completou 60 anos e era prefeito, a antiga Sadia ofereceu à população uma mortadela de 60 metros e, agora, presenteou a comunidade com uma mortadela de 85 metros.

Menciona a reunião conjunta das comissões de Finanças e Tributação e da Agricultura e Política

Rural, que ocorreram na presente data, pela manhã, na Alesc, para discutir com alguns segmentos econômicos a questão da alíquota dos defensivos agrícolas por estarem temerários que, com a eliminação dos incentivos fiscais, ocorram prejuízos quanto à competitividade do estado no agronegócio.

Entende que o governo tomou uma decisão equivocada, porque quem pagará a conta é o produtor, depois o consumidor. Por isso, acredita no bom diálogo para se chegar a uma solução que contemple o estado, bem como a sociedade catarinense. *[Taquígrafa: Sílvia]*

DEPUTADO VALDIR COBALCHINI (Orador) - Faz menção a um evento ocorrido na quinta-feira anterior, para o lançamento do Programa Recuperar, que trata do projeto de lei que destina 10% dos recursos do IPVA para preservação das estradas estaduais. Tece elogios ao governador Carlos Moisés, ao secretário da Infraestrutura e Mobilidade e o secretário da Casa Civil por darem início ao Programa Recuperar.

Solicita ao governo para que faça manutenções nas rodovias, e comenta que, enquanto secretário da Infraestrutura, buscou destinar recursos para as obras nas rodovias. Sugere que algumas rodovias sejam privatizadas, argumentando que o estado não possui recursos para cuidar de todos os trechos.

Disserta sobre os incentivos fiscais, pedindo para que o governo busque a melhor solução para este caso. Acrescenta que os outros estados praticam a isenção de impostos e sugere que Santa Catarina siga o exemplo.

Deputado Doutor Vicente Caropreso (Aparteante) - Elogia o tema e concorda com a necessidade de manutenção nas rodovias. *[Taquígrafa: Sílvia]*

DEPUTADO RODRIGO MINOTTO (Orador) - Comenta a sua alegria ao receber a notícia que a Unesc, no extremo sul catarinense, vai receber do governo do estado, no segundo semestre, R\$ 6,2 milhões referentes a bolsas de estudo, previstas no art.

170 e 171 da Constituição do Estado, citando que os recursos são oriundos do Programa Uniedu, Programa de Bolsas Universitárias do governo estadual. Acrescenta que o valor representa o dobro dos investimentos realizados no último semestre de 2018. Menciona que com este recurso a Unesc vai poder fornecer bolsas de estudo de até 100%, e os alunos serão beneficiados com mais de 40 cursos oferecidos pela instituição, registrando que outras instituições de ensino superior de Santa Catarina também serão contempladas. Destaca que o fato vai multiplicar e criar condições aos alunos de terem acesso ao ensino universitário. Enaltece a atitude do governador Carlos Moisés e do secretário da Educação Natalino Uggioni, pois irão garantir a participação das universidades em mais de 200 projetos de extensão no sul catarinense. Reforça o papel dos deputados da Assembleia e da Frente Parlamentar em defesa dos órgãos de educação superior no estado.

Encerra, cumprimentando os deputados Moacir Sopelsa e Valdir Cobalchini pelos pronunciamentos na tribuna, ressaltando a necessidade de discutir e dialogar mais sobre a questão dos incentivos fiscais, dos fertilizantes e do arroz, para que se possa dar mais segurança aos produtores do estado.
[Taquígrafa: Ana Maria]

DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA (Presidente) - A Presidência suspende a sessão, por até 20 minutos, para que possam usar a tribuna os senhores: Sérgio Luiz Maccari Júnior, secretário de Turismo do município de Urussanga, acompanhado do vereador José Carlos José, para divulgarem a XIX Festa do Vinho do município; e o senhor Fabricio Oliveira, prefeito municipal de Balneário Camboriú, para divulgar o Programa ABRAÇO, criado pela prefeitura para acolher e cuidar de pessoas que estão passando por momentos de dificuldades, especialmente depressão, suicídio, violências física e psicológica. *[Taquígrafa: Ana Maria]*

Partidos Políticos

DEPUTADO RODRIGO MINOTTO (Presidente) - Reabre a sessão e dá início ao horário destinado aos Partidos Políticos.

Partido: PT

DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI (Oradora) - Inicia cobrando do governo estadual respostas definitivas, em relação à liberação de emendas impositivas que já foram aprovadas. Esclarece que, em 2013, Santa Catarina teve direito e acesso a um fundo de financiamento para obras públicas no estado, inclusive com aprovação pela Casa da Lei n. 16.037, que após originou o Decreto n. 1.621, sendo que cada parlamentar pode indicar obras aos municípios no montante de R\$ 3 milhões, verba que seria encaminhada diretamente às prefeituras e os prefeitos deveriam apresentar projetos para obter os recursos. Destaca aos colegas parlamentares que a lei é amparada pela LDO e pela Lei Orçamentária, mas atualmente só ouve dos prefeitos questionamentos de quando vão receber os recursos. Solicita ao líder do governo apoio para que o governador Moisés agilize a questão, acrescentando que o governador tem que decidir o pagamento, para não criar falsa expectativa aos administradores municipais.

Finaliza, comparando as emendas com o Fundosocial, afirmando que não vai admitir repasse para alguns municípios e outros não, e que o governador não pode condicionar voto a qualquer matéria à liberação de emendas, não pode haver balcão de negócios, pois os recursos são de todos os catarinenses. *[Taquígrafa: Ana Maria]*

Partido: MDB

DEPUTADO VOLNEI WEBER (Orador) - Traz dois temas relevantes: a transparência na gestão de recursos públicos, que é salutar em qualquer situação e também cobrada pela população em todas as instâncias; e a questão dos incentivos fiscais, que retorna a Alesc com reclamações de cadeias produtivas que se sentiram prejudicadas com

cortes, que poderão aumentar custos com reflexos para a população.

Afirma que o governo tem tentado justificar a razão para cortar benefícios concedidos, ficando difícil prever quem será o prejudicado. Entende que a solução só pode acontecer com transparência, apresentação de números, negociações, acordos, e é nessa linha que o Parlamento tenta intermediar em favor do povo catarinense.

Também, quanto à gestão de recursos públicos, registra que no mês de julho apresentou um projeto de lei que pretende incentivar a transparência, obrigando os hospitais filantrópicos a manter páginas na *internet* com dados sobre administradores, conselho fiscal, últimos balanços contábeis e outras informações exigidas pelo Ministério Público, Tribunal de Contas e Poder Executivo. Ainda, mostrando os números de contratos e convênios firmados e seus respectivos processos administrativos, eventuais aditivos, editais, extratos de contratos, relatórios de execução físico-financeira, entre outros documentos. Ressalta a importância de que essas entidades abram conta bancária específica para receber e movimentar os recursos provenientes de cada contrato ou convênio celebrado com o poder público. Fala que todos esses requisitos constarão do projeto, que espera seja convertido em lei, e, caso não sejam atendidos, a entidade não poderá mais receber recursos estaduais, municipais e federais.

Cita o exemplo de sucesso do Hospital Santa Terezinha, de Braço do Norte, que adotou como prática a transparência, com informações precisas num *site* para que todos os detalhes relativos às finanças da instituição possam ser acessados, trazendo assim mais credibilidade à gestão hospitalar daquela instituição filantrópica, com a confiança de todos os que aportam recursos em favor do hospital, sejam prefeituras que têm convênios, o governo estadual e federal, bem como empresários que querem apoiar quem cuida da saúde da população.

Destaca ainda que é notória a necessidade de maior controle dos recursos destinados às ONGs, OSCIPs e demais entidades sem fins lucrativos, como é o caso dos hospitais, sendo esta a razão de ser do projeto de lei que tramita na Casa, e para o qual pede o apoio dos deputados, pois é uma proposta em defesa da sociedade catarinense.

Concluindo, diz que a transparência na gestão pública está bem expressa na Lei de Responsabilidade Fiscal, do ano 2000, alterada pela Lei Complementar 131, de 2009, por isso o Projeto de número 233/2019 vem harmonizar com princípios da legislação que defende publicidade, moralidade, economicidade e eficiência na gestão do que é público. [Taquígrafa: Sara]

Partido: PV

DEPUTADO IVAN NAATZ (Orador) - Comenta e presta contas das atividades parlamentares do 1º semestre, e destaca contribuições, tanto concluídas quanto em andamento, da Assembleia Legislativa para com o governo do estado. Demonstra confiança ao comentar que o governo começará a aplicar medidas para melhorar a qualidade de vida dos catarinenses.

Comunica que participou do Primeiro Fórum das Águas, em São Carlos, e teve a oportunidade de conversar com o setor de turismo de águas termais, argumentando que é uma área importante para a economia do estado. Explica que a Santur enfrenta o desafio de ocupar as vagas hoteleiras nas estâncias termais fora do período de férias, e acredita que estimular o turismo da terceira idade ajudaria a resolver este problema.

Informa que o PIB do turismo catarinense é de aproximadamente 12%, e que a meta é chegar a 16% até 2022, através da criação de mecanismos e divulgação do estado. Comenta a importância da matéria na revista *Valor Econômico* sobre roteiros turísticos de Santa Catarina. Acrescenta que é necessário reviver a pauta O Sul é o Meu Destino.

Informa, ainda, sobre a finalização da passarela de vidro em Bom Jardim da Serra, e o

início do turismo de *canyons* na Serra do Rio do Rastro. [Taquígrafa: Sara]

Partido: PSDB

DEPUTADO DOUTOR VICENTE CAROPRESO (Orador) -
Divulga o projeto de lei Nota Fiscal Segura, de sua autoria, protocolado na semana anterior, que propõe um programa para incentivar os catarinenses ao hábito de solicitar nota fiscal em todas as operações comerciais e de serviço, realizadas no estado de Santa Catarina, evitando evasão fiscal. Além de assegurar ao consumidor a assistência técnica, troca de produto, tem o objetivo de auxiliar entidades sem fins lucrativos que atuem em áreas prioritárias, saúde, educação, segurança, assistência social, cultura, desporto, proteção aos animais e meio ambiente, entre outras do terceiro setor.

Sobre o Programa Nota Segura, informa que está a cargo da Secretaria da Fazenda, a partir da criação do *site* e de um aplicativo no celular que, cadastrado, favorece aos cidadãos e às entidades sem fins lucrativos, créditos sobre o valor do ICMS de compras de mercadorias, bens ou serviços de empresas localizadas no estado catarinense.

Segundo os moldes do programa, o cidadão que receber uma nota fiscal declarada no *site*, 10% do valor do ICMS será creditado em sua conta no Programa Nota Segura, e o valor acumulado poderá ser usado no IPVA ou depositado em conta bancária. Além dessa opção, os outros 10% a pessoa poderá escolher livremente uma das entidades cadastradas no programa e beneficiá-la com a doação.

Esclarece ainda que a participação ativa do cidadão resgata a integralidade da cadeia tributária, no destino final, conforme consta no Programa Nota Segura, alternativa de captação de recursos de forma solidária, refletindo positivamente na vida de tantos catarinenses.

Finaliza, solicitando aos nobres parlamentares participação ativa para enriquecer o projeto em prol do bem-estar dos cidadãos, além de aumentar a arrecadação no estado. [Taquígrafa: Elzamar]

Partido: PSD

DEPUTADO MILTON HOBUS (Orador) - Registra a filiação de Napoleão Bernardes, ex-prefeito de Blumenau, ao Partido Social Democrático.

Discorre sobre reunião com as federações da agricultura catarinense e a influência da atuação dos parlamentares na defesa do estado de Santa Catarina. Comenta sobre a prorrogação dos decretos 1.866 e 1.867 para a data de 31 de agosto de 2019, ressaltando a importância da produção agrícola estadual que depende do uso de agrotóxicos, por isso torna-se necessário um prazo maior para a discussão do assunto.

Afirma que não tem lógica Santa Catarina tributar em 17%, enquanto no Rio Grande do Sul a taxa é de 0% ou 4,8%. Diz que essa medida trará dificuldades para as agropecuárias e o comércio venderem defensivos agrícolas, além de interferir no controle da Epagri, pois, provavelmente, na ânsia de continuar competindo os agricultores deverão comprar agroquímicos advindos do contrabando.

Conclui, pedindo o apoio dos parlamentares para a votação dos relatórios na Comissão de Finanças e também no Plenário, na esperança de encontrar a melhor solução para que a partir do dia 31 de agosto seja constituída uma lei que permita a competitividade com os demais estados brasileiros. *[Taquígrafa: Elzamar]*

Ordem do Dia

DEPUTADO RODRIGO MINOTTO (Presidente) - Dá início à pauta da Ordem do Dia.

Pedido de Informação n. 0325/2019, de autoria da deputada Ana Campagnolo, solicitando ao secretário da Casa Civil informações acerca da situação da rede de distribuição de energia elétrica para o Distrito Industrial do município de Porto União.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0326/2019, de autoria da deputada Ana Campagnolo, solicitando ao secretário de estado da Saúde, informações acerca das parcelas oriundas dos recursos da Fonte 100, do governo do estado de Santa Catarina para o Hospital de Caridade São Braz, localizado em Porto União.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0327/2019, de autoria do deputado Laércio Schuster, solicitando ao secretário da Infraestrutura e Mobilidade informações acerca da previsão de retomada das obras de pavimentação asfáltica da Rodovia SC-390, no trecho compreendido entre os municípios de Anita Garibaldi e Celso Ramos.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0328/2019, de autoria do deputado Jair Miotto, solicitando ao secretário da Infraestrutura e Mobilidade informações se existe obras paralisadas no estado e os motivos.

Em discussão.

Discutiu a presente matéria o sr. deputado Jair Miotto.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0329/2019, de autoria do deputado João Amin, solicitando ao secretário de estado da Saúde, informações acerca da

existência de cirurgias eletivas aguardando em fila no Hospital Regional de São José.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0330/2019, de autoria do deputado Ismael dos Santos, solicitando ao secretário da Educação informações sobre qual etapa se encontra o processo de transferência para o município de Tubarão da Escola Básica Professora Angélica Cabral, no bairro São Bernardo.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0331/2019, de autoria do deputado Fernando Krelling, solicitando ao secretário de estado da Educação, informações acerca de quais ações do governo catarinense quanto ao planejamento, execução e avaliação de programas e/ou projetos de prevenção e tratamento da obesidade infantil no âmbito da rede estadual de ensino.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Moção n. 0340/2019, de autoria da deputada Luciane Carminatti, manifestando aplausos aos atletas, à comissão técnica e aos dirigentes da delegação esportiva do município de Chapecó pela conquista do título de Campeã Geral da 32ª Edição dos Joguinhos Abertos de Santa Catarina.

Em discussão.

Discutiu a presente matéria a sra. deputada Luciane Carminatti.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 0341/2019, de autoria do deputado João Amin, cumprimentando o senhor Luiz Felipe Pflieger, pela conquista da sétima medalha de ouro na Olimpíada Brasileira de Matemática das Escolas Públicas.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 0342/2019, de autoria do deputado João Amin, manifestando aplausos à Cervejaria Lohn Bier, pela conquista de duas medalhas de ouro na Copa *Mitad Del Mundo*, no Equador.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 0343/2019, de autoria do deputado João Amin, cumprimentando a Cooperativa de Produção Agroindustrial, pela passagem de seus quinze anos de fundação.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 0344/2019, de autoria do deputado João Amin, cumprimentando o atleta florianopolitano Isaac Lorenzo de Jesus, pela conquista de nove medalhas de ouro conquistadas nos Jogos Abertos Paradesportivos e nos Jogos Escolares Paradesportivos.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 0345/2019, de autoria do deputado João Amin, cumprimentando o senhor Hélio Lange, pela publicação da obra "Pelo Orbe da Urbe".

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Requerimento n. 0893/2019, de autoria do deputado Jerry Comper, solicitando ao presidente da Anatel e ao diretor da TIM em Santa Catarina a instalação de uma antena de telefonia móvel no bairro Gaspar Alto, município de Gaspar, com o intuito de melhorar a qualidade do sinal e dos serviços prestados.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Esta Presidência comunica que defere de plano os Requerimentos n.s: 0866/2019, de autoria do deputado Altair Silva; 0867/2019, de autoria do deputado Laércio Schuster; 0868/2019, de autoria do deputado Ismael dos Santos; 0869/2019, de autoria do deputado Mauro de Nadal; 0870/2019, 0871/2019, 0872/2019, 0873/2019, 0874/2019, 0875/2019, 0876/2019, 0877/2019 e 0894/2019, de autoria do deputado Fernando Krelling; 0878/2019, de autoria do deputado João Amin; 0879/2019, 0880/2019, 0881/2019, 0882/2019, 0883/2019, 0884/2019, 0885/2019, 0886/2019, 0887/2019, 0888/2019, 0889/2019, 0890/2019, 0891/2019 e 0892/2019, de autoria do deputado Maurício Eskudlark; 0895/2019, de autoria do deputado Marcius Machado; e 0896/2019, de autoria do deputado Padre Pedro Baldissera.

A Presidência comunica, ainda, que serão enviadas aos destinatários, conforme determina o

art. 206 do Regimento Interno, as Indicações n.s: 1.001/2019, de autoria do deputado Romildo Titon; 1.002/2019, 1.003/2019, 1.021/2019 e 1.025/2019, de autoria da deputada Ana Campagnolo; 1.004/2019 e 1.005/2019, de autoria do deputado Ricardo Alba; 1.006/2019, 1.007/2019, 1.008/2019, 1.009/2019 e 1.010/2019, de autoria do deputado Sargento Lima; 1.011/2019, de autoria do deputado Laércio Schuster; 1.012/2019, 1.017/2019, 1.018/2019, 1.019/2019 e 1.020/2019, de autoria do deputado Jerry Comper; 1.013/2019, 1.014/2019, 1.022/2019, 1.023/2019 e 1.024/2019, de autoria do deputado Ismael dos Santos; 1.015/2019, de autoria do deputado Jair Miotto; 1.016/2019, de autoria do deputado Volnei Weber; 1.026/2019 e 1.027/2019, de autoria do deputado Fernando Krelling; 1.028/2019, 1.029/2019, 1.030/2019, 1.031/2019, 1.032/2019, 1.033/2019 e 1.034/2019, de autoria do deputado João Amin.

Finda a pauta da Ordem do Dia. [Taquígrafa: Sílvia]

Explicação Pessoal

DEPUTADO BRUNO SOUZA (Orador) - Disserta sobre as riquezas de diversas nações para embasar sua conclusão a respeito de que as instituições são as responsáveis pela prosperidade de um país. Ao mesmo tempo, traz dados da *Heritage Foundation* sobre a liberdade econômica mostrando a regressiva posição do Brasil no *ranking* em relação a outros países com históricos conturbados.

Discorre sobre a improdutividade no país e questiona o que a Assembleia pode fazer para colaborar no aumento da liberdade econômica do estado para os próximos anos. Em seguida, anuncia o lançamento da Frente Parlamentar Para o Livre Comércio e Desburocratização, com o objetivo de resolver problemas estruturais, defender a livre iniciativa, reduzir gastos, defender a lei de responsabilidade fiscal, entre outras medidas. Por fim, convida os deputados para presenciarem o

lançamento da Frente Parlamentar Para o Livre Comércio e Desburocratização.

DEPUTADO MAURO DE NADAL (Presidente) - Não havendo mais oradores inscritos, encerra a sessão, convocando outra, especial, para a presente data, às 19h, em Homenagem à Polícia Militar Rodoviária Estadual de Santa Catarina. [Taquígrafa: Sílvia]
[Revisão: Taquígrafa Sara]